

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 25/01/2020.**
3

4 Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, com início às 09 horas,
5 realizou-se a 12ª Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª
6 Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos**: Anderson Nazareno
7 Matos; Carolina Siqueira Coutinho; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar
8 Capdeville; Lourdes Aparecida Machado; Reinaldo da Silva Júnior; Renata Ferreira
9 Jardim de Miranda; Suellen Ananda Fraga; Ted Nobre Evangelista; e Yghor Queiroz
10 Gomes; e os **Conselheiros Suplentes**: Camila Bahia Leite; Cristiane Santos de Souza
11 Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; João Henrique Borges Bento; Liliane
12 Cristina Martins; Luis Henrique de Souza Cunha; Marleide Marques de Castro; Rodrigo
13 Padrini Monteiro e Thiago Ribeiro de Freitas. **Quórum de Conselheiros(os)**
14 **Efetivos(os)**: Foi verificado o quórum dos Conselheiros Efetivos presentes, totalizando
15 10, tendo o Plenário elevado à condição de conselheiras(os) efetivas(os) Cristiane
16 Santos de Souza Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; João Henrique Borges
17 Bento; Liliane Cristina Martins e Marleide Marques de Castro. **Justificativas de**
18 **ausência**: Bruna Rocha Diniz de Almeida; Fabrício Junio Rocha Ribeiro; Jéssica
19 Gabriella de Souza Isabel; Larissa Amorim Borges; Luiz Felipe Viana Cardoso; Maria
20 de Lourdes Guimarães de Almeida Barros; Paula Lins Khoury; Rita de Cássia de Araújo
21 Almeida e Walter Melo Júnior justificaram ausência. **Assuntos tratados: Aprovação**
22 **Ata da Reunião Plenária de Dezembro/2019**: A pedido do Conselheiro Luis Henrique e
23 da Conselheira Lourdes Machado foi feito um acréscimo à Ata da Reunião Plenária
24 Ordinária de 06/12/2019 na alínea 102, relacionada à reunião de Comissões na
25 Subsede Norte “aprovada uma ajuda de custo para cada Comissão”. **Faltas em**
26 **Reunião Plenária e justificativa de ausência**: Conselheira Cristiane Nogueira avaliou, a
27 partir das justificativas de ausência apresentadas, a importância de se cumprir a
28 Resolução CFP Nº 031/2001, que dispõe sobre o Regimento Interno do CRP-MG, no
29 que se refere às faltas das(os) Conselheiras(os) em Reunião Plenária. Conselheira
30 Evely Najjar ponderou analisar os casos e as necessidade específicas de cada um. As
31 Conselheiras Lourdes Machado e Evely Najjar levantaram a questão da(o)
32 Conselheira(o) receber a ajuda de custo e não cumprir os compromissos institucionais
33 do CRP-MG, assumindo outras agendas. A Conselheira Lourdes Machado reforçou que
34 a ausência de Conselheiras(os) prejudica a dinâmica do Plenário e das atividades do
35 Conselho. Conselheiro Yghor Gomes defendeu a necessidade de que as(os)
36 Conselheiras(os) apresentem atestados com a finalidade de abonar faltas em Plenária.
37 Conselheiro Reinaldo Júnior propôs ser ponderado na aplicação das normas, quando
38 as pessoas não estão presentes. Conselheiro Ygor Gomes reforçou que, por exigências
39 discutidas no CFP, as normas do Acórdão do TCU Nº 1.925/2019 deverão ser
40 cobradas. Conselheira Lourdes Machado refletiu com o Plenário qual deve ser o
41 caminho para a melhor solução dos casos para o CRP-MG estar em situação regular
42 com o TCU. Conselheiro João Henrique elucidou que a Diretoria já se reuniu com
43 algumas Conselheiras que estiveram ausentes de reuniões Plenárias. Ele defendeu o
44 tratamento com equidade a todas(os) conselheiras(os) e tratar os diferentes de forma
45 diferente. Conselheiro Reinaldo Júnior ponderou que é preciso fazer o correto. Em
46 muitos casos, a Diretoria precisa lidar com a exceção e deve ter o discernimento para
47 fazer a cobrança a quem é devido e refletir caso a caso. Conselheiro Luis Henrique e
48 Conselheira Evely Najjar falaram do desconforto de Conselheiras(os) da Sede e da
49 Subsede que não assumem os compromissos com as Reuniões Plenárias. Conselheira
50 Lourdes Machado ressaltou a importância da priorização de agendas do Conselho
51 como o Planejamento Estratégico e o comprometimento das(os) Conselheiras(os) com

52 a presença nas Reuniões Plenárias. As(os) presentes reforçaram o conceito de regra e
53 não exceção no trato com as situações de ausência. A Conselheira Lourdes advertiu
54 que o CRP-MG tem auditoria externa (TCU) e interna do CFP. Ela levantou a
55 representação institucional como exigência pelo TCU que recomenda novo formato de
56 condução pelos Conselhos de Representação Profissional. Conselheira Suelen Fraga
57 citou que o Plenário precisa ter ciência e assumir posturas melhor respaldadas. Ela
58 ponderou que os casos não são recorrentes e reforçou seguir as prerrogativas do
59 acórdão do TCU e discussão da plenária. Conselheira Evelyn Najjar propôs não
60 pessoalizar os casos. Ela elucidou sua fala do lugar da Diretoria e sugeriu fazer o
61 encaminhamento de que haja penalidade a quem não está presente na Reunião e é
62 realmente ausente nas atividades do Conselho. Conselheira Lourdes Machado
63 considerou a situação das Conselheiras Larissa Amorim e Maria de Lourdes.
64 Conselheiro Luis Henrique defendeu o cumprimento da resolução de forma igualitária
65 para todas(os) e para quem nunca veio. Conselheira Lourdes Machado traz à tona o
66 caso de representatividade em BH e do interior como situação diferenciada. No caso da
67 ausência de Conselheira(o) do interior, a justificativa será questionada. Ela pondera que
68 não é de um(a) conselheira(o) específico e é preciso ter nitidez de que ser
69 conselheira(o) foi uma escolha de cada um(a). Conselheiro João Henrique considerou
70 que é fundamental seguir as normas do TCU. Ele sugeriu que este seja um ponto de
71 pauta da próxima reunião Plenária. Conselheira Lourdes Machado defendeu a
72 necessidade de alinhamento entre as(os) Conselheiras(os). Conselheiro Luis Henrique
73 questionou a validade de qualquer justificativa. Conselheira Lourdes Machado explicou
74 que esta validade leva em conta a representatividade institucional. Ela deixou nítido de
75 que as justificativas devem ser formalizadas para a diretoria no e-mail institucional da
76 Assessoria de Apoio a Gestão. **Deliberação:** O XVI Plenário deliberou por colocar
77 como ponto de pauta da Reunião Plenária Ordinária de Fevereiro/2020. Justificativa de
78 atraso Conselheiro Anderson Matos: Conselheiro Anderson Matos justificou o seu
79 atraso para a Reunião Plenária informando que está com visita em casa e pelo mesmo
80 motivo terá se sair logo após o almoço. A Conselheira Lourdes Machado informou que
81 devido ao tempo reduzido que se dispôs a estar na Reunião, o Conselheiro não fará jus
82 a diária por esta participação. O Conselheiro Anderson Matos concordou com a
83 decisão. COE: Conselheiro Yghor Gomes assumiu a condução dos encaminhamentos
84 da COE, devido à ausência justificada dos membros da Comissões. Conselheira
85 Lourdes Machado sugeriu que, na ausência dos membros da COE haja uma
86 comunicação oficial ao Plenário. Ela cita que a responsabilidade de condução,
87 presença ou substituição é da Presidência. Apresentou os seguintes pontos de pauta:
88 1) Processo 015/14: Apresentação do processo para nomear relator e agendar data do
89 julgamento. **Deliberação:** A Conselheira Marleide Marques de Castro foi nomeada
90 relatora e o julgamento agendado para o dia 13 de março de 2020. 2) Processo 032/18:
91 Apresentação do processo para nomear relator para pedido de reconsideração.
92 **Deliberação:** A Conselheira Carolina de Siqueira Coutinho foi nomeada relatora. 3a)
93 Representação 003/19: Apresentação do relatório com proposta de instauração de
94 processo ético. O Plenário aprovou com 17 (dezessete) votos a favor. **Deliberação:**
95 Dar ciência às partes. 3b) Representação 003/19: Apresentação do relatório com
96 proposta de arquivamento de processo investigativo. O Plenário aprovou com 13 (treze)
97 votos a favor, 02 (dois) contra e 02 (duas) abstenções. **Deliberação:** Dar ciência à
98 parte. 4) Representação 009/19: Apresentação do relatório com proposta de
99 instauração de processo ético. O Plenário aprovou com 17 (dezessete) votos a favor e
100 01 (uma) abstenção. **Deliberação:** Dar ciência à parte. 5) Representação 010/19:
101 Apresentação do relatório com proposta de instauração de processo ético. O Plenário
102 aprovou com 17 (dezessete) votos a favor e 01 (uma) abstenção. **Deliberação:** Dar

103 ciência à parte. 6) Representação 012/19: Ficou de ser melhor elucidada e será trazida
104 na próxima reunião plenária. Reunião de Comissão em Sub-sedes aos sábados: A
105 Conselheira Elza Lobosque apresentou situação das reuniões de Comissões da
106 Subsede Sudeste/Juiz de Fora e citou que uma das comissões de Psicologia e
107 Relações Étnico-Raciais vem sugerindo a reunião fora da agenda institucional e sem o
108 planejamento devido. Conselheira Suelen Fraga levantou a discussão de não se fazer
109 reunião sem a presença de Conselheiras(os) de Referência da Subsede. A
110 coordenadora da Comissão citada confunde e mistura o pessoal com as exigências
111 institucionais. Solidariedade às vítimas do desastre em Brumadinho: Conselheira
112 Renata Miranda propôs e a plenária aprovou 01 (um) minuto de silêncio em memória às
113 vítimas do desastre de Brumadinho. O ato foi realizado às 12h28. COF: Conselheiro
114 Reinaldo Júnior apresentou os seguintes pontos: 1) Situação e redação de Portaria do
115 Governo de Minas Gerais em relação ao SUS: Conselheiro Reinaldo Júnior citou
116 Portaria Nº 03 de 12 de Julho de 2019, do Instituto de Identificação de Minas Gerais,
117 que dispõe acerca das hipóteses de gratuidade de emissão da carteira de identidade,
118 no Estado de Minas Gerais, que limita o atendimento do SUAS ao Assistente Social. O
119 Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região – Minas Gerais/CRESS-MG já
120 emitiu nota contrária à portaria. A COF sugeriu um trabalho articulado com o CRESS-
121 MG e com instâncias de incidência junto ao estado, para que a portaria seja revogada.
122 Informou sobre a articulação junto ao parlamento estadual para ganhar força política.
123 Conselheira Marleide Marques concordou com a condução da COF de articulação com
124 o CRESS. Conselheiro Ted Nobre propôs elaboração de nota de orientação aos
125 profissionais. Conselheira Evely Najjar sugeriu a oficialização para as secretarias de
126 saúde onde há psicólogas(os) atuando. Ela sugeriu que seja feito um movimento e
127 articulação com deputados que tenham afinidades com os temas. E, na conversa com
128 os deputados, as(os) conselheiras(os) acompanhem as agendas. Sugere mapear e ter
129 a conversa com as diversas instâncias buscando o diálogo. **Deliberação**: O XVI
130 Plenário aprovou por unanimidade a publicação de Nota e articulação política. 2)
131 Avaliação Psicológica no Sistema Prisional: Conselheiro Reinaldo Júnior informou que
132 a ex-conselheira Vilene Eulálio trouxe no XV Plenário a discussão da avaliação
133 psicológica no Sistema Prisional. A condução seria em articulação junto ao parlamento
134 garantindo o atendimento psicológico no sistema prisional. O Conselheiro Reinaldo
135 Júnior propôs a articulação junto ao legislativo mineiro. Conselheiro Rodrigo Padrini
136 explicou que o Estado está fazendo um mutirão do atendimento psicológico sem as
137 condições de trabalho adequada. Ele concorda que é mais que uma nota. É uma ação
138 política. Ele denuncia que a secretaria revoga, em memorando, o Código de Ética do
139 Psicólogo. Conselheiro Rodrigo Padrini elucidou que o Conselho não teve oportunidade
140 de conversar com a Secretaria de Sistema de Estado de Administração Prisional e
141 reforçou que a avaliação psicológica é uma exigência do Conselho. **Deliberação**: O
142 XVI Plenário aprovou por unanimidade a publicação de Nota e articulação política.
143 Comissão de Títulos de Especialista: Conselheira Elza Lobosque apresentou parecer
144 pela concessão de 45 (quarenta e cinco) Títulos de Especialista sendo 22(vinte e dois)
145 em Avaliação Psicológica; 3(três) em Psicologia em Saúde; 2(dois) em Psicologia
146 Clínica por determinação judicial; 5(cinco) em Psicologia Organizacional e do Trabalho
147 por determinação judicial; 7(sete) em Psicologia do Trânsito, destes 6(seis) por
148 determinação judicial; 4(quatro) em Neuropsicologia por determinação judicial; 1(um)
149 em Psicologia Hospitalar por determinação judicial; 1(um) em Psicopedagogia por
150 determinação judicial. **Deliberação**: O XVI Plenário aprovou e assinou os pareceres
151 pela concessão de 45 (quarenta e cinco). Evento Clerot: Conselheiro Reinaldo Júnior
152 apresentou sugestão de realização do Seminário Psicologia, Laicidade e Religião, no
153 mês de setembro/2020, a partir do diálogo do acúmulo nos trabalhos da Comissão.

154 Conselheira Evely Najjar ponderou a importância das agendas não se acumularem com
155 outros eventos e não sobrecarregarem a Comunicação. Conselheiro João Henrique,
156 concordou com a Conselheira Evely Najjar, e propôs pensar a agenda com
157 antecedência. Conselheira Suellen Fraga solicitou que as comissões tragam com
158 antecedência as ações para o planejamento. Para ela é importante ouvir e envolver
159 as(os) colaboradoras(es). Conselheira Lourdes Machado propôs que a atividade
160 aconteça no fim de semana. Conselheiro João Henrique sugeriu que, na plenária de
161 fevereiro, as comissões tragam as propostas de atividades. Conselheiro Rodrigo
162 Padrini ressaltou que a demanda da comunicação é crescente. **Deliberação:** O XVI
163 Plenário aprovou por unanimidade a realização do Seminário Psicologia, Laicidade e
164 Religião. Reunião em Uberaba sobre campanha Proteger é garantir direitos:
165 Conselheira Camila Bahia relatou a dificuldade de encaminhamentos para a condução
166 da campanha “Proteger é garantir direitos”, uma vez que a ex-conselheira Odila Braga
167 fala em nome do CRP-MG e a proposta não foi legitimada pela plenária. A Conselheira
168 Camila Bahia elucidou que a campanha tem foco nos processos de adoção. A
169 Comissão de Infância e Adolescência do CRP-MG só existe em Uberlândia-MG. Não
170 está chegando informações para a Coordenadora da Comissão em relação ao tema.
171 Ela relatou que quer conhecer, trazer para a plenária e dar os encaminhamentos.
172 Conselheira Evely Najjar relatou que procurou a ex-conselheira Odila para tratar do
173 assunto. A ex-conselheira afirmou que a participação e adesão à campanha foi
174 aprovada no Plenário anterior. Comentou que existe um grupo que vem discutindo o
175 tema no whatsapp. A campanha já existe e vem dialogando com outras agendas e
176 pautas da sociedade. Sugeriu fazer reunião presencial da comissão e se apropriar de
177 estratégias pretendidas. A ideia do movimento é a proteção integral da criança e dos
178 adolescentes. A campanha precisa ser discutida em nível Federal com o CFP.
179 Conselheiro João Henrique advertiu que é preciso tomar cuidado no enfrentamento
180 com os poderes envolvidos. Ele citou a promotoria de Justiça de Uberaba como
181 referência no Brasil. Conselheiro Reinaldo Júnior ponderou que é preciso saber lidar
182 com a campanha e, também, com a ex-Conselheira Odila. Conselheira Lourdes
183 Machado propôs que a pauta da campanha seja encaminhada e conduzida à Diretoria.
184 Ela sugeriu que a Conselheira Camila Bahia conduza o trabalho e acompanhe a
185 representação pela ex-conselheira. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o envio da
186 pauta da Campanha para a Diretoria. Resultado da Reunião realizada na subsede Sul:
187 Conselheira Cláudia Espósito relatou que realizou reunião no dia 10 de janeiro com e
188 equipe de funcionários da subsede sul colocou as dificuldades entre elas a de estrutura
189 da Subsede. No dia 07/02/2020, as(os) conselheiras(os) Referência estarão em Pouso
190 Alegre-MG para sondar imóveis para aluguel, visando a mudança da Subsede. Propôs
191 organizar um novo formato da entrega das carteiras profissionais, fazer uma carta se
192 apresentando para as universidades e promover o CRP pelo Campus. Conselheiro
193 Yghor Gomes defendeu que para se aproximar das Universidades a carta é uma
194 referência. Conselheiras(os) Cláudia Espósito, Carol Coutinho e Luis Henrique foram
195 indicados para fazer a proposta da carta. Conselheira Cláudia Espósito relatou o
196 problema da relação de trabalho entre a estagiária Betânia e a funcionária técnica
197 Patrícia. Ela desqualifica o trabalho da funcionária. Conselheira Lourdes Machado
198 sugeriu que o Conselheiro local e a psicóloga fiscal dêem o encaminhamento com a
199 estagiária. Na oportunidade foi lembrado a queixa das estagiárias durante o Seminário
200 do Planejamento Estratégico. Sugeriu dar uma orientação aos estagiários, ressaltando
201 que a conversa com a técnica é uma e a abordagem é outra. Existindo uma falta de
202 orientação de estágio dentro do CRP-MG. Roda de conversa Trans na Subsede Centro
203 Oeste em 08/02: Conselheira Liliane Martins fez o convite ao Psicologia em Foco
204 “Identidades Trans e Travestis na Saúde” a realizar-se no dia 08/02/2020 em

205 Divinópolis-MG. Permuta de andares CRP-MG e Construtora Diniz Camargos:
206 Conselheira Evely Najjar informou sobre a negociação com a Diniz Camargos. A
207 proposta é a troca por uma estrutura de 02 (dois) andares no Edifício Banlavoura. Ela
208 comenta que já existe um projeto e processo de licitação da empresa para o caso da
209 reforma. O processo de permuta é longo, pois, por sermos uma autarquia federal, tudo
210 depende de licitações, comprovação do menor preço, licitar o projeto, a empresa que
211 vai executar, etc. Conselheira Lourdes Machado explicou que o andar superior foi
212 adquirido na gestão passada. No outro local, amplia-se o espaço, atendendo melhor a
213 categoria e as(os) empregadas(os) públicas(os). Conselheira Lourdes considera
214 importante referendar uma proposta e ouvir as(os) empregadas(os) públicas(os).
215 Conselheiro Reinaldo Júnior também defendeu a importância de ouvir as(os)
216 empregadas(os) públicas(os) e, já de imediato, fazer a reforma da estrutura.
217 Conselheiro Yghor Gomes citou que a Fundação dos Economiários Federais/Funcef
218 não investe na melhoria do Edifício COWAN e vem dificultando os investimentos
219 importantes e necessários como o elevador. Ponderou, que corre-se o risco de fazer
220 uma reforma e perder para a Funcef que é majoritária do prédio. Conselheiro João
221 Henrique pediu elucidação sobre os valores envolvidos com a permuta dos dois
222 andares (7º e 8º andares) na Av. Afonso Pena e na reforma da Sede (6º e 11º
223 andares), antes de tomar uma decisão. Defende que haja o mínimo de segurança
224 garantido pelo condomínio. Conselheira Renata Miranda avaliou que o local proposto
225 não é ideal. Para ela, as reformas são urgentes. Elas estão passando da hora.
226 Conselheira Camila Bahia ponderou a questão da desvalorização patrimonial.
227 Conselheiro Yghor Gomes explicou que o Conselho ficaria no imóvel até a conclusão
228 da reforma. A previsão da reforma começar pelo 11º andar. Conselheira Evely Najjar
229 avaliou que a gestão deixa um legado para a psicologia com o novo prédio. A reforma
230 muda o valor do imóvel. O espaço do outro prédio é maior e mais confortável. A
231 permuta é um processo complexo. Conselheiro Reinaldo Júnior explicou que já tiveram
232 dois processos de reforma. A demora afeta a credibilidade da gestão com a reforma e o
233 envolvimento das(os) empregadas(os) públicas(os). Conselheiro Rodrigo Padrini
234 concordou que é preciso pensar o crescimento do Conselho. Ele defendeu que é
235 necessário começar a reforma. Porém, é importante ter uma agenda com os setores
236 financeiro, jurídico etc. Conselheira Renata Miranda concordou que é necessário fazer
237 a reforma e aproveitar o momento econômico para a compra do andar. Conselheira
238 Evely Najjar ressaltou o interesse da Construtora Diniz Camargo com o imóvel.
239 Conselheira Lourdes Machado analisou o dia-a-dia, onde as pessoas vão subir do 6º
240 para o 11º e citou de fazer uma reforma breve e mudar de prédio, porém não pode ser
241 feito neste processo licitatório já feito. Conselheira Cristiane Nogueira ponderou que é
242 preciso levar em conta o que é melhor para a categoria. Conselheiro João Henrique
243 defendeu que sejam levados os prós e os contras, que estejam presentes o setor
244 financeiro e jurídico. Ter na pauta de fevereiro as análises financeira e jurídica com os
245 custos totais, o custo da mudança, as vantagens e desvantagens. Conselheira Suellen
246 Fraga considerou importante ter uma planilha com a avaliação jurídica e financeira das
247 vantagens e desvantagens na permuta do imóvel. **Deliberação:** O XVI Plenário
248 deliberou por solicitar aos setores financeiro e jurídico a análise de custos com a
249 reforma do 6º e 11º andares do Edifício COWAN e os da permuta com o 6º e 7º
250 andares, incluindo a reforma e mudança para o Edifício Banlavoura. Encaminhamentos
251 da APAF Dezembro/2019: Conselheira Lourdes Machado solicitou atentar para o e-mail
252 enviado pela Assessoria de Apoio a Gestão com os encaminhamentos da APAF de
253 Dezembro/2019. Pediu especial atenção às(aos) Conselheiras(os) para os pontos que
254 envolvem tema de sua Comissão ou da Diretoria para leitura e subsídio, devendo
255 retomar com as contribuições na Reunião Plenária de Março/2020 para os

256 encaminhamentos à APAF de Maio/2020. Conselheiro João Henrique explicou que
257 somente os anexos do texto da APAF, podem ter acréscimo e contribuição. Conselheiro
258 Yghor Gomes informou que em breve abre-se para contribuição com pontos de pauta
259 para a APAF de Maio/2020. Conselheira Lourdes Machado explicou que é preciso ter
260 qualificação para contribuir com a APAF e que alguns regionais elegem plenárias para
261 o debate dos temas. Para Maio/2020, ela sugeriu ter uma plenária específica ou uma
262 extraordinária para preparar os temas. Conselheiro Rodrigo Padrini propôs que seja
263 estabelecido prazo para que os responsáveis estudem os documentos e dêem retorno.
264 Conselheiro João Henrique reforçou a importância da pauta dos GTs da APAF. Ele
265 explicou que os CRPs maiores abrem espaços para os CRPs menores. Ele sugeriu
266 criar um posicionamento pela Região Sudeste. Conselheiro Yghor Gomes sugeriu que
267 seja preparado um relatório para a APAF de Maio/2020. Contratação de profissional
268 para Assessoria de Gestão de Pessoas: Conselheira Suellen Fraga informou que a
269 profissional a ser contratada para a Assessoria de Gestão de Pessoas inicialmente
270 participaria do Planejamento Estratégico. Porém, não houve um consenso de nome na
271 Comissão Avaliadora. Conselheira Evely Najjar comentou que não foi definido o perfil
272 da pessoa para o cargo. Avaliou ser fundamental que o perfil tivesse sido definido
273 anteriormente. Caso seja necessário, propôs ampliar o escopo do cargo e divulgar a
274 oportunidade. Conselheiro João Henrique ressaltou a importância da Conselheira Elza
275 Lobosque tenha acesso ao material completo e apresente sua avaliação. Conselheira
276 Suellen Fraga concordou com o Conselheiro João Henrique, para uma condução
277 cuidadosa. Conselheiras Lourdes Machado e Marleide Marques concordam que haja
278 um encontro das(os) integrantes da Comissão Avaliadora (Conselheiras Evely Najjar e
279 Elza Lobosque; colaboradora Patrícia Nacif e o colaborador Délcio Fernando) para
280 concordância do encaminhamento. Conselheira Cristiane Nogueira avaliou que não fica
281 bem para o CRP a demora em fechar o processo de contratação. Conselheira Lourdes
282 Machado explicou que a Elizabeth Lacerda estruturou o processo de seleção. Porém,
283 não pode conduzir por problemas de saúde. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por
284 unanimidade a realização de um encontro entre os integrantes da Comissão Avaliadora
285 para as considerações e apresentação de nome à Diretoria. Nada mais havendo a
286 tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville, lavrei a presente ata que,
287 após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte,
288 25 de janeiro de 2020.

